



Processo nº 08490.002019/2024-11

Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina (UASG 200370)
(Processo Administrativo nº 08490.002019/2024-11)

Atualização: NOV/2024

1.1. Aquisição de sirenes e lanternas especiais de emergência para sinalizações sonora e luminosa de viaturas descaracterizadas, **contemplando sua instalação**, para atender as necessidades Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina quando em serviço de urgência e acessórios (capota, sinalização individual e emblema imantado) nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lici. Termo de Referência 38636914

2	KIT DE SINALIZAÇÃO SONORA E LUMINOSA DISCRETA COM CONTROLADOR para viatura descaracterizada, marca FORD, modelo RANGER, versão XLSCD4A32 (cabine dupla, carroceria aberta), ano fabricação 2022, ano modelo 2023, contemplando sua instalação em JOINVILLE/SC .
3	KIT DE SINALIZAÇÃO SONORA E LUMINOSA DISCRETA COM CONTROLADOR para viatura descaracterizada, marca FORD, modelo RANGER, versão XLSCD4A32 (cabine dupla, carroceria aberta), ano fabricação 2022, ano modelo 2023, contemplando sua instalação em CRICIÚMA/SC .
4	KIT DE SINALIZAÇÃO SONORA E LUMINOSA DISCRETA COM CONTROLADOR para viatura descaracterizada, marca FORD, modelo RANGER, versão XLSCD4A32 (cabine dupla, carroceria aberta), ano fabricação 2022, ano modelo 2023, contemplando sua instalação em LAGES/SC .
5	KIT DE SINALIZAÇÃO SONORA E LUMINOSA DISCRETA COM CONTROLADOR para viatura descaracterizada, marca FORD, modelo RANGER, versão XLSCD4A32 (cabine dupla, carroceria aberta), ano fabricação 2022, ano modelo 2023, contemplando sua instalação em DIONÍSIO CERQUEIRA/SC .

Unidade	01	R\$ 7.485,00	R\$ 7.485,00
Unidade	01	R\$ 7.485,00	R\$ 7.485,00
Unidade	01	R\$ 7.485,00	R\$ 7.485,00
Unidade	01	R\$ 7.485,00	R\$ 7.485,00

01	6	KIT DE SINALIZAÇÃO SONORA E LUMINOSA DISCRETA COM CONTROLADOR para viatura descaracterizada, marca CITROEN, modelo C4L, versão LIVE AUT, ano fabricação 2020, ano modelo 2020, contemplando sua instalação em FLORIANÓPOLIS/SC.	479922	Unidade	06	R\$ 7.485,00	R\$ 44.910,00
	7	KIT DE SINALIZAÇÃO SONORA E LUMINOSA DISCRETA COM CONTROLADOR para viatura descaracterizada, marca CITROEN, modelo C4L, versão LIVE AUT, ano fabricação 2020, ano modelo 2020, contemplando sua instalação em ITAJAÍ/SC.		Unidade	02	R\$ 7.485,00	R\$ 14.970,00
	8	KIT DE SINALIZAÇÃO SONORA E LUMINOSA DISCRETA COM CONTROLADOR para viatura descaracterizada, marca CITROEN, modelo C4L, versão LIVE AUT, ano fabricação 2020, ano modelo 2020, contemplando sua instalação em CRICIÚMA/SC.		Unidade	02	R\$ 7.485,00	R\$ 14.970,00
	9	KIT DE SINALIZAÇÃO SONORA E LUMINOSA DISCRETA COM CONTROLADOR para viatura descaracterizada, marca CITROEN, modelo C4L, versão LIVE AUT, ano fabricação 2020, ano modelo 2020, contemplando sua instalação em LAGES/SC.		Unidade	03	R\$ 7.485,00	R\$ 22.455,00
	10	KIT DE SINALIZAÇÃO SONORA E LUMINOSA DISCRETA COM CONTROLADOR para viatura descaracterizada, marca CITROEN, modelo C4L, versão LIVE AUT, ano fabricação 2020, ano modelo 2020, contemplando sua instalação em CHAPECÓ/SC.		Unidade	02	R\$ 7.485,00	R\$ 14.970,00

11	KIT DE SINALIZAÇÃO SONORA E LUMINOSA DISCRETA COM CONTROLADOR para viatura descaracterizada, marca CITROEN, modelo C4L, versão LIVE AUT, ano fabricação 2020, ano modelo 2020, contemplando sua instalação em DIONÍSIO CERQUEIRA/SC .
12	KIT DE SINALIZAÇÃO SONORA E LUMINOSA DISCRETA COM CONTROLADOR para viatura descaracterizada, marca CHEVROLET, modelo TRACKER, versão 12T A PR, ano fabricação 2020, ano modelo 2021, contemplando sua instalação em FLORIANÓPOLIS/SC .
13	KIT DE SINALIZAÇÃO SONORA E LUMINOSA DISCRETA COM CONTROLADOR para viatura descaracterizada, marca NISSAN, modelo FRONTIER, versão ATK X4 (cabine dupla, carroceria aberta), ano fabricação 2021, ano modelo 2021, contemplando sua instalação em FLORIANÓPOLIS/SC .
14	KIT DE SINALIZAÇÃO SONORA E LUMINOSA DISCRETA COM CONTROLADOR para viatura descaracterizada, marca TOYOTO, modelo HILUX, versão CDSRXA4FD, ano fabricação 2021, ano modelo 2022, contemplando sua instalação em FLORIANÓPOLIS/SC .

Unidade	02	R\$ 7.485,00	R\$ 14.970,00
Unidade	01	R\$ 7.485,00	R\$ 7.485,00
Unidade	01	R\$ 7.485,00	R\$ 7.485,00
Unidade	01	R\$ 7.485,00	R\$ 7.485,00

15	KIT DE SINALIZAÇÃO SONORA E LUMINOSA DISCRETA COM CONTROLADOR ara viatura descaracterizada, marca JEPP, modelo COMPASS, versão LIMITED F e SÉRIE S, ano fabricação 2017 e 2022, ano modelo 2017 e 2022, contemplando sua instalação em FLORIANÓPOLIS/SC .	Unidade	02	R\$ 7.485,00	R\$ 14.970,00
16	KIT DE SINALIZAÇÃO SONORA E LUMINOSA DISCRETA COM CONTROLADOR para viatura descaracterizada, marca JEPP, modelo RENEGADE, versão S T270 4X4 ano fabricação 2022, ano modelo 2022, contemplando sua instalação em FLORIANÓPOLIS/SC .	Unidade	01	R\$ 7.485,00	R\$ 7.485,00
CAPOTA MARÍTIMA (ver especificações na seção 6 do Estudo Técnico Preliminar)					
17	CAPOTA MARÍTIMA para veículo da marca FORD, modelo RANGER, versão XLSCD4A32 (cabine dupla, carroceria aberta), ano fabricação 2022, ano modelo 2023, contemplando sua instalação em ITAJAÍ/SC .	Unidade	01	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00
18	CAPOTA MARÍTIMA para veículo da marca FORD, modelo RANGER, versão XLSCD4A32 (cabine dupla, carroceria aberta), ano fabricação 2022, ano modelo 2023, contemplando sua instalação em JOINVILLE/SC .	Unidade	01	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00
19	CAPOTA MARÍTIMA para veículo da marca FORD, modelo RANGER, versão XLSCD4A32 (cabine dupla, carroceria aberta), ano fabricação 2022, ano modelo 2023, contemplando sua instalação em CRICIÚMA/SC .	Unidade	01	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00
GRUPO					

02	20	CAPOTA MARÍTIMA para veículo da marca FORD, modelo RANGER, versão XLSCD4A32 (cabine dupla, carroceria aberta), ano fabricação 2022, ano modelo 2023, contemplando sua instalação em LAGES/SC .	485358	Unidade	01	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00	EXCLUSIVO ME/EPP Inciso I do art. 48 da Lei 123/2006
	21	CAPOTA MARÍTIMA para veículo da marca FORD, modelo RANGER, versão XLSCD4A32 (cabine dupla, carroceria aberta), ano fabricação 2022, ano modelo 2023, contemplando sua instalação em CHAPECÓ/SC .		Unidade	01	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00	
	22	CAPOTRA MARÍTIMA para veículo da marca MITSUBISHI, modelo L200 TRITON, versão GLX 3.2 CD TB, ano fabricação 2015, ano modelo 2015, contemplando sua instalação em CHAPECÓ/SC .		Unidade	01	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00	
	23	CAPOTA MARÍTIMA para veículo da marca FORD, modelo RANGER, versão XLSCD4A32 (cabine dupla, carroceria aberta), ano fabricação 2022, ano modelo 2023, contemplando sua instalação em DIONÍSIO CERQUEIRA/SC .		Unidade	01	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00	
SINALIZAÇÃO LUMINOSA INDIVIDUAL (ver especificações na seção 6 do Estudo Técnico Preliminar)								
---	24	SINALIZAÇÃO LUMINOSA INDIVIDUAL (Kojak)	301044	Unidade	45	R\$ 453,00	R\$ 20.385,00	ITEM EXCLUSIVO ME/EPP Inciso I do art. 48 da Lei 123/2006
EMBLEMA IMANTADO (ver especificações na seção 6 do Estudo Técnico Preliminar)								
---	25	EMBLEMA IMANTADO	448627	Unidade	90	R\$ 62,23	R\$ 5.600,70	ITEM EXCLUSIVO ME/EPP Inciso I do art. 48 da Lei 123/2006

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- 2.2.1. ID PCA no PNCP: (SOLICITAÇÃO EXTEMPORÂNEA - 08490.003532/2024-11)
- 2.2.2. Data de publicação no PNCP:
- 2.2.3. Id do item no PCA:
- 2.2.4. Classe/Grupo:
- 2.2.5. Identificador da Futura Contratação:

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Os critérios de sustentabilidade devem estar alinhados ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e ao Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), constante do Caderno de Logística da DELOG/SEGES/MGI, versão 1.0, de 15/09/2023, instituído pela Portaria SEGES/MGI nº 5.376, de 14/09/2023.

Indicação de marcas ou modelos ([Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

4.2. Não aplicável à presente contratação.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço:

4.3. A Administração não aceitará o fornecimento de produtos/marcas que não possuam peças de reposição para aquisição no mercado nacional.

Da exigência de amostra

4.4. Não será necessária a exigência de amostras durante o certame.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Não aplicável à presente contratação.

Subcontratação

4.6. *Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 (noventa) dias contados do recebimento da nota de empenho ou ordem de serviço nos municípios/endereços constantes de tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

5.1.1. A prazo de instalação, quando couber, é 03 (três) dias úteis, contados a partir da disponibilização do veículo no endereço de instalação indicado pela contratada nos municípios estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar e elencados no item 1 deste documento. Esse prazo poderá ser dilatado em até 10 (dez) dias, a pedido da Contratada e devidamente justificado, para os casos que necessitem construção prévia de protótipo.

5.2. A Contratada deverá apresentar o cronograma de execução das instalações com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

5.2.1. É facultada a Contratante propor alterações a fim de compatibilizar o uso operacional das viaturas com o período de instalação dos equipamentos/dispositivos e acessórios (entrega/recebimento).

5.3. A Contratada poderá realizar os serviços de instalação e de cobertura da garantia em seus estabelecimentos credenciados ou de sua rede de assistência técnica autorizada nos municípios indicados na seção 7 deste Estudo Técnico e no item 1 deste Termo de Referência.

5.4. Condicionada à autorização da Contratante, é facultada a Contratada a realização dos serviços nas dependências das unidades da Polícia Federal nos municípios de instalação, indicados neste Estudo Técnico.

5.4.1. No caso de instalação nas unidades da Polícia Federal, é necessário encaminhamento prévio do nome dos funcionários prestadores de serviço e CPF com antecedência mínima de **10 (dez) dias** da data de realização dos serviços.

5.4.2. A Polícia Federal reserva-se ao direito de não conceder acesso às suas instalações a qualquer tempo e independente de apresentação de justificativa ou motivação.

5.4.3. Não caberá qualquer indenização ou ressarcimento à Contratada em razão do não franqueamento de acesso às unidades da Polícia Federal pela Contratante, independente de prévio aviso.

5.4.4. A Contratante deverá indicar os servidores responsáveis pelo agendamento dos serviços e recepção dos prestadores de serviços de cada Unidade da Polícia Federal.

5.4.5. A Contratada assume todos os riscos e prejuízos causado por seus prestadores de serviço às instalações e bens da Polícia Federal.

5.4.6. Cabe a contratada observar todo o Estudo Técnico Preliminar, principalmente os itens com descrição dos itens e localidades.

5.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.6. Os serviços e a instalação dos equipamentos/dispositivos de sinalização sonora, luminosa e acessórios não poderão comprometer a garantia de fábrica dos veículos, sendo de responsabilidade da Contratada assumir os danos e prejuízos decorrentes da prestação de seus serviços e instalações desses equipamentos e acessórios de forma inadequada.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.7. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

- 5.8. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 5.9. Excetua-se o item "Emblema imantado", cujo prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 5.10. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos/dispositivos e acessórios fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Contratante.
- 5.11. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.12. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.13. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.14. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data da comunicação e nos termos expressos na subseção "Condições de entrega e execução dos serviços".
- 5.15. O prazo indicado no item anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pela Contratante.
- 5.16. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação da Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica a Contratante autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.17. O custo referente ao transporte dos equipamentos/dispositivos e acessórios, ou peças de reposição, cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 5.18. Os serviços de manutenção deverão ser realizados nos municípios de instalação indicados no Estudo Técnico Preliminar (ou no item 1 deste documento) às expensas exclusivamente da Contratada, sem qualquer ônus à Administração Pública.
- 5.19. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
- 5.20. Todas as peças, equipamentos ou acessórios que forem substituídos, durante o período de garantia e a partir de seu recebimento após instalação, terão todas as garantias inicialmente previstas.
- 5.21. A empresa deverá fornecer certificados de garantia, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa ou carimbada na Nota Fiscal respectiva.
- 5.21.1. O certificado de garantia ou equivalente deve conter de maneira clara e adequada em que consiste a garantia, a forma, o prazo e o lugar em que poderá ser executada, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato da entrega, acompanhado de manual de instalação e/ou uso do produto, se couber.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho

de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (meio por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, **de forma sumária**, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Estudo Técnico, neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.1. O recebimento poderá ser realizado em parcelas, considerando-se parcela mínima o fornecimento e a instalação de todos os dispositivos e acessórios por cada veículo.

8.2.2. É vedado o recebimento parcelado de bens que não necessitam instalação.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as

medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.27. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

8.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as

condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).

8.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado

Reajuste

8.31. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

8.32. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.33. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.34. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.35. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.36. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.37. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.38. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei,

tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- 9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

Qualificação Técnica

- 9.23. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia).
- 9.24. Certidão de Registro do CREA do engenheiro responsável pela empresa.
- 9.24.1. O profissional indicado deverá constar na Certidão de Pessoa Jurídica do CREA como responsável técnico referente à instalação.
- 9.25. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.25.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 9.25.1.1. Fornecimento com instalação de sinalização luminosa (visual) e/ou sonora (acústica) em veículos especiais de emergência ou de prestação de serviços.
- 9.25.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 9.25.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.25.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 9.26. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 9.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);
- 9.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.26.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 9.26.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
- 9.26.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 9.26.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 9.26.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 243.265,70 (duzentos e quarenta e três mil duzentos e sessenta e cinco reais e setenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I - Gestão/Unidade: 200370;
- II - Fonte de Recursos: 1000000000;
- III - Programa de Trabalho: 172371;
- IV - Elemento de Despesa: 33.90.30.44 (material de sinalização visual e outros);
- V - Plano Interno: PF999000AG24.

12. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1. **São partes integrantes deste Termo de Referência:**

11.1.1. **Anexo I - Estudo Técnico Preliminar - ETP Digital;**

11.1.2. **Anexo II - Modelo de Proposta.**

Florianópolis-SC, na data da assinatura eletrônica.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável



Documento assinado eletronicamente por **GIOVANA SILVA DE ARRUDA, Chefe de Setor**, em 29/11/2024, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=38636914&crc=59DD790C.

Código verificador: **38636914** e Código CRC: **59DD790C**.